CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS**Aviso n.º 14 353/2007**

Para os devidos efeitos torna-se público que foram contratados, em regime de contrato administrativo de provimento, com efeitos à data de 1 de Agosto de 2007, por despacho do presidente da Câmara de 26 de Julho de 2007, como técnicos superiores da área de contabilidade e administração, estagiários, Hélder Garcia Mateus, classificado em 3.º lugar, com 17,88 valores, Maria Inês Pereira Moura da Silva, classificada em 4.º lugar, com 17,38 valores, Paulo Rafael Silva Santos, classificado em 5.º lugar, com 17,25 valores, e Ana Carla Canada de Carvalho, classificada em 46.º lugar, com 11,50 valores (reserva de um lugar para candidatos portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%), no referido concurso, para frequência de estágio probatório, na sequência de concurso externo de ingresso.

Mais se torna público que o júri do estágio é o mesmo do concurso, sendo a orientadora do referido estágio a 2.ª vogal efectiva, directora do Departamento de Gestão Financeira, Dra. Cláudia Lima Ferreira.

27 de Julho de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, com delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

2611036856

Aviso n.º 14 354/2007

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 21 de Junho de 2007, foram reclassificados profissionalmente, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, conjugado com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, os funcionários abaixo identificados:

Nome do funcionário	Categoria actual	Índice remuneratório	Nova categoria (para a qual se opera a reclassificação)	Índice remuneratório
Ana Cristina Feu	Auxiliar administrativa	128	Tec. sup. <i>design</i> estag.	321
António Augusto Gomes Banha	Cond. máq. pes. e veíc. espec.	194	Motorista de transp. colectivos	199
Carlos Alberto Matos Queimado	Motorista de pesados	233	Motorista de transp. colectivos	233
Daniel Brito Ferreira	Caiador	155	Pintor	160
Fernando Manuel Duarte Ramos	Cond. máq. pes. e veíc. espec.	259	Motorista de transp. colectivos	259
Francisco José Correia Fernandes	Téc. p. cons. de consumo 1.ª classe	222	Téc. sup. gestão adm. aut. estag.	321
Joana Sofia Pinto Leal	Assistente administrativo	199	Téc. sup. área gestão estag.	321
José António S. Rodrigues	Téc. p. ass. arq. esp. princ.	316	Téc. sup. arqueologia estag.	321
José Augusto Costa Garcia	Motorista de pesados	249	Cond. máq. pes. e veíc. espec.	259
Luís Miguel Gomes Lourenço	Motorista de transp. colectivos	184	Enc. parques máq. e veíc. aut.	244
Luísa Patrícia Gouveia Gomes	Assistente administrativo	199	Téc. sup. arqueologia estag.	321
Manuel Joaquim Silva Gonçalves	Motorista de pesados	233	Cond. máq. pes. e veíc. espec.	238
Maria Teresa Cardoso V. Santos	Téc. p. des. artigo gráf. esp. princ.	316	Tec. sup. <i>design</i> estag.	321
Patricia A. Vieira Jacinto	Assistente administrativo	199	Tec. s. área c. soc. humanas de 2.ª classe.	400
Sónia Cristina Santos Calvino	Assistente administrativo	199	Téc. sup. área gestão estag.	321
Victor Manuel Felizardo	Téc. p. medidor orç. principal	238	Eng. téc. civil estag.	238

Conforme estabelece o artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, as presentes reclassificações foram precedidas de consulta à bolsa de emprego público donde resultou a declaração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial relativamente a todas as carreiras/categorias para onde se vão operar as presentes reclassificações.

Mais se torna público que as nomeações serão em comissão de serviço extraordinária, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, com efeitos a 1 de Agosto de 2007.

27 de Julho de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, com delegação de competências, *Pedro Caldeira Santos*.

2611036851

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO**Aviso n.º 14 355/2007****Contrato de trabalho a termo certo para admissão de um vigilante**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 23 de Julho de 2007, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, pelo período de três meses, Andreia Cristina Silva Gomes, para exercer funções de vigilante para a piscina ao ar livre de Codessos, com início de funções em 24 de Julho de 2007, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

24 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira da Mota e Silva*.

2611036625

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES**Aviso n.º 14 356/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 5 de Julho de 2007, foi deferido o pedido de licença sem vencimento por um ano, nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao funcionário, com a categoria de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, Ramiro Garcia Pinto, com efeitos a partir de 25 de Julho de 2007.

24 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, na ausência do Presidente, *António Cabeleira*.

2611036535

CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ**Aviso n.º 14 357/2007****Discussão pública**

João Manuel Proença Esgalhado, vereador do pelouro do Urbanismo e Habitação da Câmara Municipal da Covilhã, torna público, nos termos e para efeitos do preceituado no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por remissão do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que a Câmara Municipal da Covilhã vai proceder à abertura do período de discussão pública sobre pedido de licenciamento de alteração ao loteamento n.º 261 titulado pelo alvará n.º 19/99, passado em nome de Mateus & Silva, L.ª, respeitante ao prédio sito na Quinta de Plomes, freguesia de Orjais, descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 00427/010799.

A alteração foi requerida pelo loteador e incide sobre os lotes 1, 2 e 3.

A discussão pública tem início no dia seguinte ao da publicação deste aviso na 2.ª série do *Diário da República* e decorre pelo período de 15 dias.

Os interessados podem consultar o processo, respectivos pareceres e informações técnicas na Divisão de Urbanismo e Habitação da

Câmara Municipal, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 60, Covilhã, durante o horário normal de expediente de segunda-feira a quinta-feira (das 9 horas às 16 horas e 30 minutos) e à sexta-feira (das 9 horas às 11 horas e 30 minutos).

No caso de oposição os interessados podem, dentro do prazo mencionado, apresentar, por escrito, a sua exposição ou reclamação devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara, identificando devidamente o seu subscritor e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio no serviço acima mencionado.

26 de Julho de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador do Pelouro do Urbanismo e Habitação, *João Manuel Proença Esgalhadó*.

2611036729

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

Aviso n.º 14 358/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Junho de 2007 e no uso da competência delegada na área de Recursos Humanos, se procedeu à reclassificação profissional da funcionária Isaura Amaral Pinho Noutel Fontes, auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, como assistente administrativa, escalão 1, índice 199, e da funcionária Filomena Maria Pires de Matos Silva, auxiliar de serviços gerais, escalão 1 índice 128, como auxiliar administrativa, escalão 1, índice 128, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

As funcionárias são nomeadas em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, conforme disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

As funcionárias deverão proceder à aceitação dos referidos lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (As presentes nomeações não carecem de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

24 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Abílio José Ferreira da Silveira*.

2611036591

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aviso n.º 14 359/2007

Concurso interno de acesso geral

1 — Faz-se público que, autorizado por meu despacho de 19 de Julho de 2007, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, encontra-se aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, para provimento do seguinte lugar:

1.1 — Grupo de pessoal técnico superior:

1.1.1 — Categoria de técnico superior de 1.ª classe — uma vaga.

2 — Natureza do concurso — interno de acesso geral.

3 — Validade do concurso — é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — Fundamentação Legal — o presente concurso rege-se pelo disposto na seguinte legislação:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e demais legislação aplicável.

5 — Constituem requisitos de admissão ao concurso ser técnico superior de 2.ª classe com, pelo menos, três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

6 — Forma e prazo para apresentação de candidaturas — a candidatura deverá ser formalizada no prazo fixado, através de impresso próprio para o efeito a obter na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, ou na nossa página da Internet em www.cm-evora.pt, e entregue pessoalmente nesta Divisão durante o horário normal de funcionamento, ou enviada pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, contando neste caso a data do registo, para a Câmara Municipal de Évora, Praça do Sertório, 7004-506 Évora.

6.1 — O requerimento de admissão a concurso deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, dos seguintes documentos:

a) Certificado comprovativo das habilitações literárias;

b) Documento, emitido pelo respectivo serviço, comprovativo da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço na categoria, na carreira e na Administração Pública, e a classificação de serviço exigida no n.º 5 deste aviso;

c) Documento comprovativo da frequência dos cursos de formação profissional;

d) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte;

e) *Curriculum vitae* detalhado, actualizado e assinado pelo candidato.

6.2 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que os candidatos descrevam nos respectivos requerimentos, a apresentação dos documentos comprovativos das declarações.

6.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

7 — Métodos de selecção — a selecção dos candidatos será efectuada através de:

Avaliação curricular, com carácter eliminatório, em que serão avaliadas as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo, sendo classificados de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula e critérios:

$$AC = \frac{HL + FP + EP + CS}{4}$$

em que:

HL — habilitações literárias:

Mínimas exigidas — 18 valores;

De grau superior — 20 valores;

FP — formação profissional — são ponderadas as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional posta a concurso, até ao limite máximo de 20 valores:

Sem formação relevante para o exercício das funções — 10 valores;

Com acções de formação relevantes — 10 valores, acrescidos de:

1 valor — por cada acção até doze horas;

2 valores — por cada acção de doze a dezoito horas;

5 valores — por cada acção de dezoito a quarenta horas;

10 valores — por cada acção superior a quarenta horas;

EP — experiência profissional — é ponderado o desempenho efectivo de funções na área da actividade para que o concurso é aberto:

Sem experiência relevante para o exercício das funções — 10 valores;

Com experiência relevante — 10 valores, acrescidos de:

Até um ano — 2 valores;

De um a dois anos — 4 valores;

De dois a três anos — 6 valores;

De três a cinco anos — 8 valores;

Mais de cinco anos — 10 valores;

CS — classificação de serviço — $[(\text{ano}1 + \text{ano}2 + \text{ano}3) \times 2]/3$;

Entrevista profissional de selecção — será classificada de 0 a 20 valores, onde serão avaliadas, numa relação interpassoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos de acordo com a seguinte fórmula e critérios:

$$EPS = \frac{A + B + C + D}{4}$$

em que:

A — capacidade de relacionamento;

B — capacidade de expressão e compreensão verbal;

C — motivação e interesse pelo lugar a prover;

D — qualificação e perfil para o cargo.

Estes factores serão pontuados da seguinte forma:

Favorável preferencialmente — de 16 a 20 valores;

Bastante favorável — 14 e 15 valores;

Favorável com reservas — de 10 a 13 valores;

Não favorável — inferior a 10 valores.

A classificação final dos candidatos resultará da aplicação dos métodos de selecção atrás indicados, em que todos os seus parâmetros serão valorizados numa escala de 0 a 20 valores, e será obtida da média aritmética simples, considerando-se não aprovados os que, na classificação final, obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

Exemplo:

$$CL = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que:

CL — classificação final dos candidatos;

AC — avaliação curricular;

EPS — entrevista profissional de selecção.